

O FINANCIAMENTO EXTERNO DA ECONOMIA BRASILEIRA E SEUS DESAFIOS:

OS FLUXOS DE INVESTIMENTO DIRETO EM UMA PERSPECTIVA COMPARADA

Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Economia
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Suzany Komoda
Prof^o Dr^o André Martins Biancareli

INTRODUÇÃO

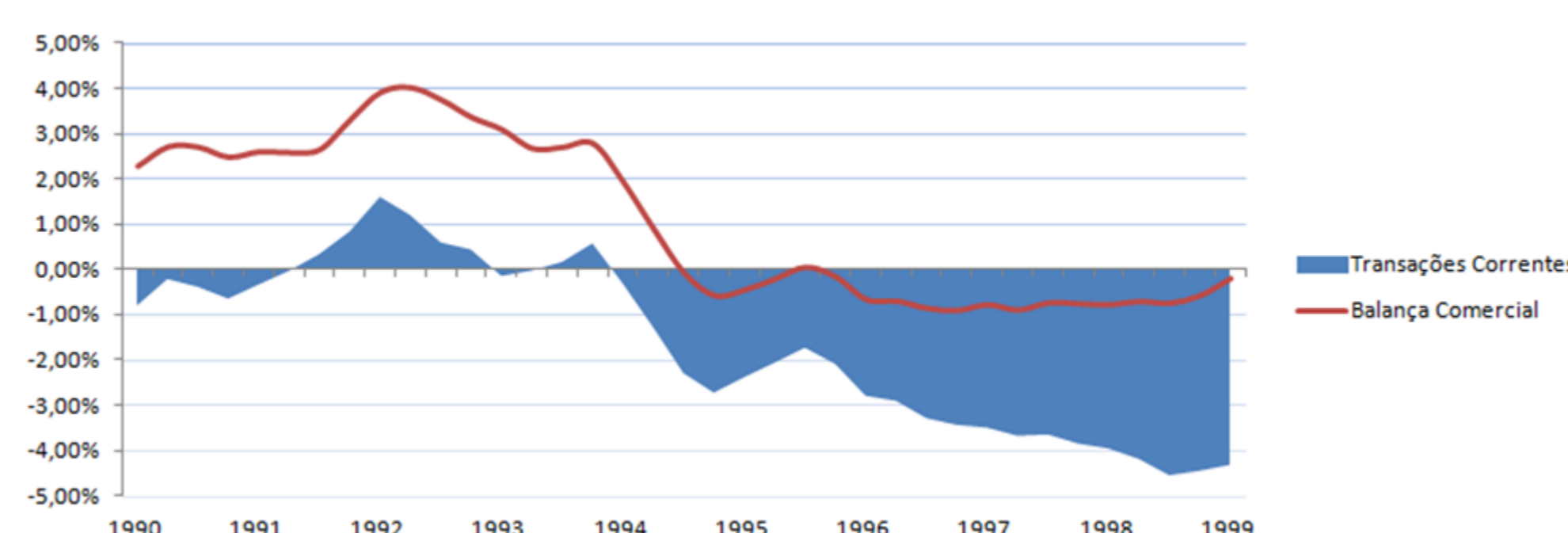
Ao longo da história do Brasil, inúmeras vezes as restrições oriundas do Balanço de Pagamentos estiveram no cerne das questões econômicas, devido ao fato de que, recorrentemente, déficits em conta corrente seguidos de dificuldades para seu financiamento resultaram no comprometimento do crescimento e de mudanças estruturais. Durante a década de 1990, principalmente nos anos de 1996 a 1999, o Brasil se deparou com um crescente déficit corrente, porém, em contrapartida, houve abundante financiamento externo, interrompido de forma abrupta em alguns episódios – principalmente ao longo do segundo semestre de 1998, que culmina na crise cambial de janeiro do ano seguinte. Ao longo dos últimos anos, o Brasil tem passado por um momento favorável na economia, porém chama a atenção os crescentes déficits correntes, que tiveram início em janeiro de 2008. E assim como na década de 1990, o Brasil conta nos dias atuais com altos volumes de financiamento externo, porém dessa vez eles são formados em sua maioria por IDE, considerados menos voláteis e, por isso, mais seguros. Mas para avaliar de maneira mais completa a importância do investimento direto e sua contribuição para a redução (ou não) da vulnerabilidade externa da economia brasileira em um contexto de déficits em transações correntes, é necessário analisar não só a participação desse tipo de fluxo nos montantes totais, mas também a sua composição e tendências setoriais.

METODOLOGIA

Para cumprir os objetivos dessa pesquisa, pode-se fazer a divisão entre quatro tarefas: i) acompanhamento conjuntural dos dados gerais das contas externas brasileiras; ii) discussão dos determinantes dos fluxos de investimento direto, suas implicações e tendências globais; iii) análise detalhada desses fluxos nos anos 1990; iv) análise detalhada no período recente. Para cumprir com as tarefas elencadas, além de uma breve revisão da literatura teórica sobre investimento direto, tomou-se como fonte principal a Nota para a Imprensa do Setor Externo do Banco Central do Brasil, publicada mensalmente, bem como as Séries Temporais e outras bases de dados atualizadas periodicamente pela mesma instituição. Também vale mencionar a análises de outras instituições, como a Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica (SOBEET) e o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI).

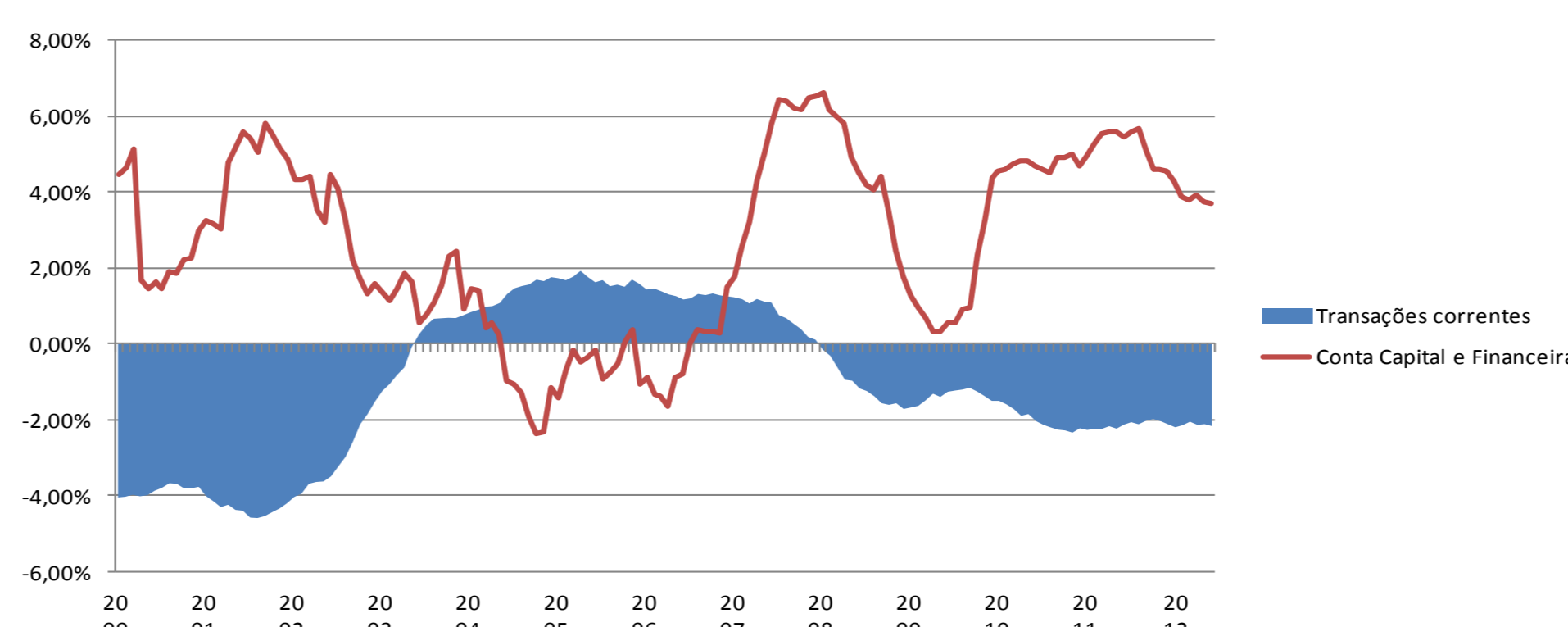
RESULTADOS E DISCUSSÕES

Saldo da Balança Comercial e da Conta Corrente do Balanço de Pagamentos em % do PIB, 1990-1999.



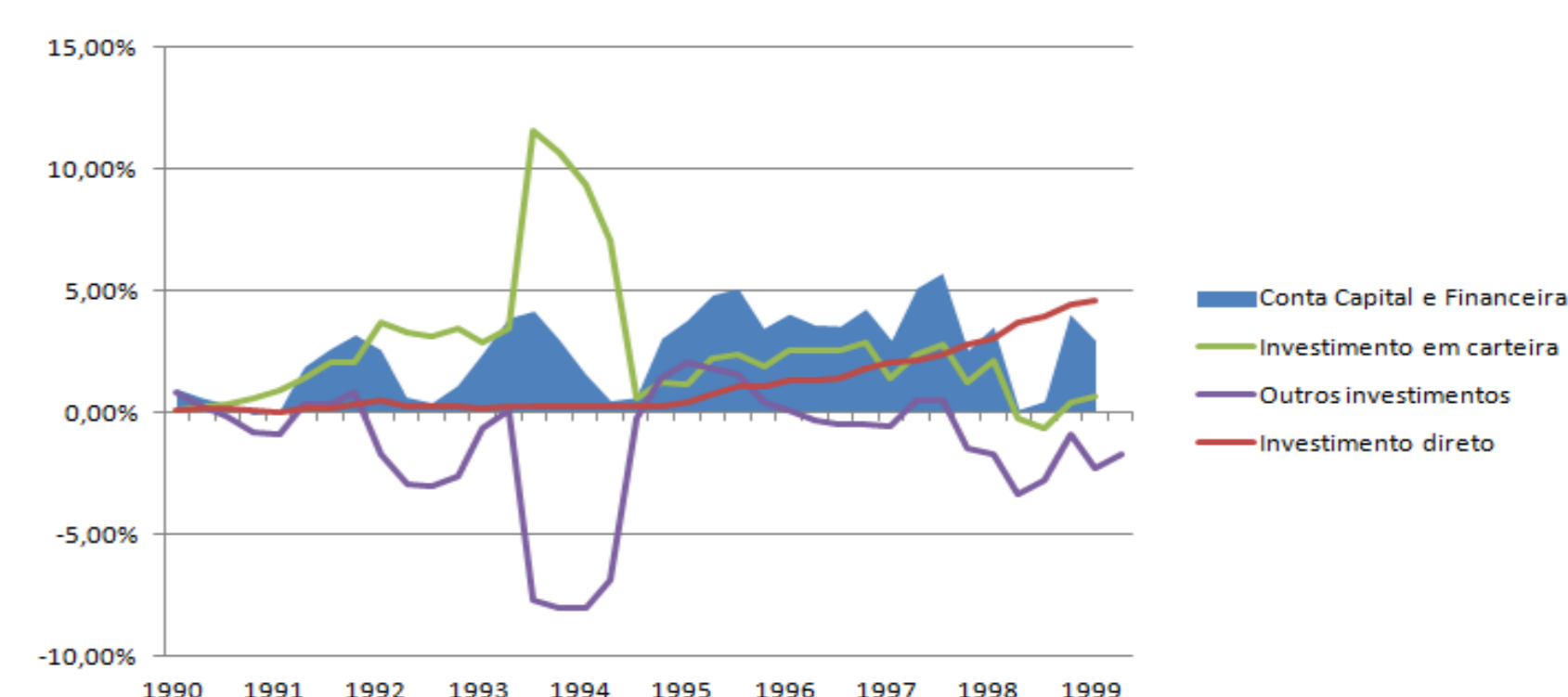
Fonte: Banco Central do Brasil – Elaboração própria

Saldo da Conta Corrente e das Contas Capital e Financeira do Balanço de Pagamentos em % do PIB, 2000-2012.



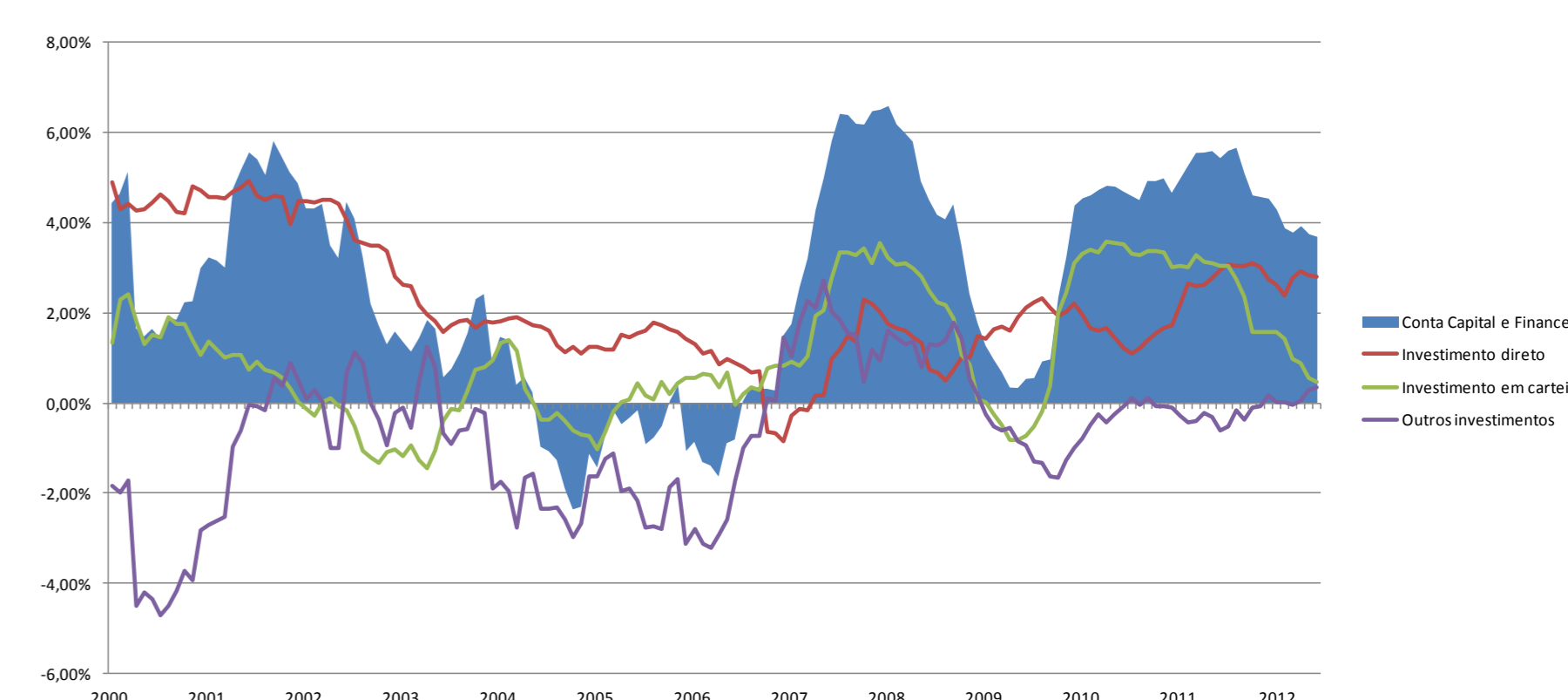
Fonte: Banco Central do Brasil – Elaboração própria

Conta Capital e Financeira do Balanço de Pagamentos em % do PIB, 1990 – 1999.



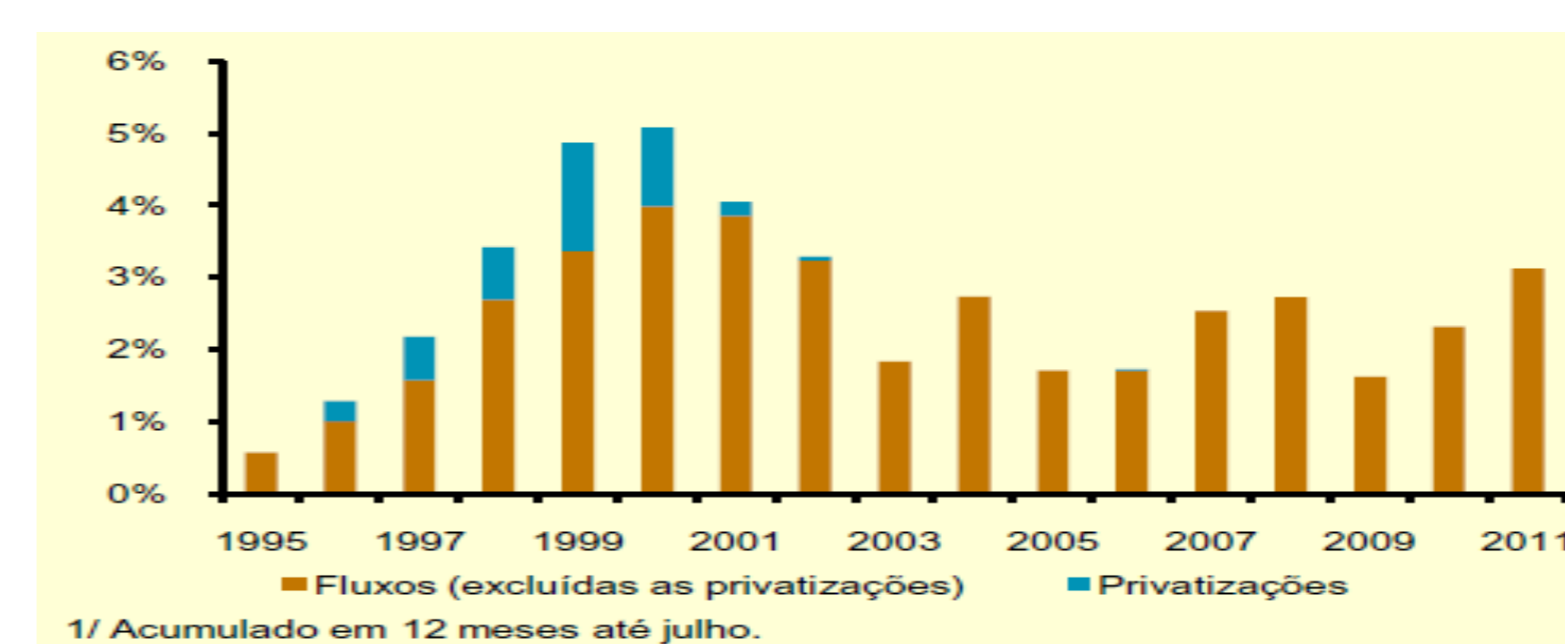
Fonte: Banco Central do Brasil – Elaboração própria

Fluxo de investimento estrangeiro em % do PIB, 2000-2012.



Fonte: Banco Central do Brasil – Elaboração própria

Ingresso líquido de IDE em % do PIB, 1995 a 2011.



Fonte: Banco Central do Brasil – Relatório de Inflação, setembro de 2011.

CONCLUSÕES

Em suma, esse trabalho buscou destacar as diferenças existentes entre os fluxos de capitais estrangeiros que entraram no país ao longo das duas décadas estudadas. Na década de 1990, observou-se um movimento crescente do déficit em transações correntes a partir de 1994. Tais déficits contavam com fluxos de financiamento externo altamente voláteis por serem compostos em grande parte por Investimento em Carteira e Outros Investimentos. Mas ao longo dos anos se observou um crescente aumento de Investimento Direto Estrangeiro que se dirigiu ao país atraído principalmente pelos pacotes de privatização anunciados pelo governo. No momento em que se deflagra a Crise Cambial de 1999 fica claro para o governo brasileiro a vulnerabilidade externa de sua economia, incapaz de fechar suas contas externas devido à fuga de capitais e à pressão adicional provocada pelas empresas privatizadas, que além de não aportarem divisas para o país remetiam lucros e dividendos ao exterior. Em decorrência desse quadro econômico e diante do período atual de déficits correntes crescentes, esse trabalho buscou verificar se o Brasil caminha novamente em direção a mais um novo cenário de fragilidade nas contas externas em decorrência de financiamento externo de má qualidade. Ao longo do segundo capítulo se verificou que após a Crise Internacional de 2008, observa-se no Brasil a retomada de fluxos de capital do tipo mais estável (IDE) e em níveis próximos a 3% do PIB, grandes o suficiente para financiar a conta corrente. Além disso, é importante destacar que os fluxos recentes não contam com parcelas significativas voltadas a processos de privatização e que eles se dirigem principalmente à indústria. Mas tal destinação não significa que o problema da vulnerabilidade externa da economia brasileira esteja resolvido. Como visto, partes desses investimentos são na verdade processos de fusão e aquisição, o que não significa necessariamente em aumento de capacidade produtivo, mas certamente em envio de remessa de lucros e royalties ao exterior.